



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

IV – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Alexandre, aprovado em 2º lugar em concurso público de provas e títulos, aguardava ansiosamente ser nomeado no tão sonhado cargo de Advogado da União. Com sua nomeação, passou a exercer sua função com muita dedicação, ganhando destaque pelo êxito nas ações por ele manejadas, contestadas e recorridas.

Ao atuar na última esfera de um recurso administrativo, Alexandre recebeu o recurso administrativo de Jorge que estava respondendo a um Processo Administrativo Disciplinar e exigiu para sua admissibilidade que fosse feito depósito de R\$ 500,00 de custas e que o recurso fosse interposto por advogado, fazendo desses, requisito para analisar o referido recurso.

Ciente da possibilidade de exercer sua defesa em Processo Administrativo e da desnecessidade do pagamento das custas, Jorge procura advogado para buscar decisão judicial a seu favor pois o prazo recursal na esfera administrativa está prestes a encerrar, e a decisão está violando friamente disposições de Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal.

Ao interpor ação no judiciário, o juiz federal competente decidiu a questão a favor da União Federal, argumentando que as Súmulas Vinculantes não precisam ser respeitadas em Processos Administrativos.

Ciente da sentença proferida, o advogado contratado por Jorge já manejou o respectivo Recurso de Apelação, ainda não apreciado pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

Contudo, Jorge procura você para imediatamente questionar a decisão do juiz de 1º grau perante o Supremo Tribunal Federal.

Diante do caso narrado, nas atribuições de advogado(a), redija a peça processual cabível a fim de, da maneira mais célere garantir o acesso de seu cliente ao Supremo Tribunal Federal, uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado da decisão judicial e que o mesmo corre riscos de ser demitido do serviço público.

Obs: A peça deve abranger todos os fundamentos de direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal ou de Súmula não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Município X ao editar norma municipal de processos administrativos municipais, sempre manteve a interpretação sobre sua aplicação e seus efeitos. Ocorre que, uma decisão judicial acabou alterando a interpretação legal vedando a interpretação antiga.

Um dia após a nova decisão, Caio utilizando a interpretação antiga por ainda não ter conhecimento da nova interpretação, fez requerimento administrativo urgente. Dois dias depois, recebeu seu requerimento negado sob fundamento de que a forma de requerimento estava vedada, trazendo prejuízos ao interesse de Caio.

Ocorre que, uma semana após o ocorrido, Caio ficou sabendo que seu amigo Pedro, conseguiu a concessão do requerimento na esfera administrativa, do mesmo pedido realizado por Caio e se apropriando da antiga interpretação.

Consultando os demais processos, notou-se que havia várias decisões diferentes sobre os mesmos requerimentos, o que estaria causando uma vasta insegurança jurídica entre os munícipes.

Diante do ocorrido, responda:

A) Pode a administração estabelecer o cumprimento de nova interpretação ou orientação de entendimento sem prever regime de transição? (0,60)

B) Para evitar a insegurança jurídica, poderia o município aplicar súmulas administrativas a fim de unificar entendimentos? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Maria Alice é servidora federal desde 2015 no cargo de Agente Administrativo do Ministério da Justiça. No início de 2020 passou em um novo concurso público de escritã para o mesmo Ministério. Ocorre que, passados 3 anos ao finalizar o estágio probatório, Maria Alice foi inabilitada, não podendo exercer a função de escritã.

Diante do narrado, responda:

A) Com a inabilitação no estágio probatório, cabe a Maria Alice algum direito ao retorno do cargo de Agente Administrativo anteriormente ocupado? (0,65)

B) Caso fosse habilitada para o novo cargo, Maria Alice já seria uma servidora estável? Justifique. (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Associação X, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sua finalidade dirigida à iniciação científica, buscou qualificar-se como Organização social. Após firmar o contrato de Gestão, a Associação necessitava de uma novo local e recursos para realizar as atividades relacionadas no contrato de gestão.

O Poder Público destinou como nova sede um prédio público que estava desocupado e com o recebimento dos recursos orçamentários foram adquiridos novos materiais de pesquisa científica.

Após dois anos da qualificação, o poder público notou um descumprimento das finalidades do contrato, após formal processo administrativo, sendo assegurado o direito de ampla defesa, ocorreu a desqualificação da Associação X como Organização social.

Diante do narrado, responda:

A)A Associação X pode receber do poder público recursos orçamentários como fomento às atividades do contrato de gestão? (0,60)

B)Após a desqualificação, os bens que foram destinados ao cumprimento do contrato permanecem com a Associação X desqualificada? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Uma propriedade rural no interior do Município Beta foi alvo de uma denúncia por estar sendo utilizada para plantio de plantas psicotrópicas.

No mesmo dia, o Município precisou promulgar uma lei que estabelecia o limite de altura de prédios localizados na orla da praia.

Diante dos fatos, responda:

A) Em caso de expropriação da propriedade pela União Federal, em razão do cultivo de plantas psicotrópicas, terá o proprietário direito à indenização? (0,65)

B) A intervenção do Município nas propriedades localizadas na orla da praia é lícita? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel e Felipe Duque